

SAÚDE INTEGRAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A CONTRADIÇÃO ENTRE O DIREITO E A OBRIGATORIEDADE DO ACESSO

Raíssa Taís Kist (Acadêmica do curso de Serviço Social da UFRGS)

Mailiz Garibotti Lusa (Orientadora)

E-mail: raissakist@hotmail.com, mailiz@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

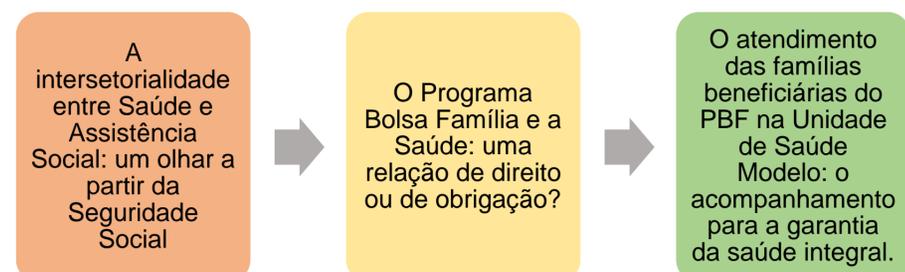
Esta Pesquisa tem como tema a Saúde integral e o Programa Bolsa Família: a contradição entre o direito e a obrigatoriedade do acesso. Seu objetivo é analisar as estratégias de aproximação do serviço de atenção básica em saúde com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), a fim de garantir-lhes o atendimento integral em saúde. Para atingir tal objetivo, é fundamental articular as reflexões sobre a construção histórica da Política de Saúde, da Política de Assistência Social, uma problematização do PBF e o atendimento em saúde. A relevância científica do tema está na possibilidade de provocar um diálogo aprofundado acerca do atendimento na atenção básica em saúde das famílias beneficiárias do PBF, a fim de possibilitar novas estratégias de aproximação das Unidades de Saúde com essas famílias.

2. METODOLOGIA

A metodologia é orientada pelo materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa, contemplando a pesquisa bibliográfica, documental e empírica, que foi realizada através de 17 entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado, realizadas com famílias beneficiárias do PBF em atendimento na Unidade de Saúde Modelo, e profissionais desta Unidade. A pesquisa foi apresentada e aprovada no Comitê de Ética e seguiu todos os requisitos éticos em pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão foi organizada em três sessões:



Algumas reflexões:

- ❖ Identifica-se que as condicionalidades do PBF existem sob a justificativa de identificar vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias aos serviços públicos.
- ❖ No entanto, a pesquisa possibilitou afirmar que as famílias beneficiárias encontram muitas dificuldades de atendimento na Unidade de Saúde (US), o que dificulta no cumprimento da condicionalidade saúde do Programa.
- ❖ A US tem dificuldades de atendimento, muitas vezes por uma questão de precarização do serviço público;
- ❖ Ao entrevistar as usuárias da US Modelo, e até mesmo os profissionais, reconheceu-se que esses últimos não questionam sobre o benefício em seus atendimentos, tampouco realizam busca ativa ou ações no sentido de reduzir as dificuldades de acesso.

Todas essas questões representam obstáculos para o atendimento de saúde de forma integral dessas famílias na Unidade de Saúde

4. CONCLUSÃO

O direito à saúde X obrigatoriedade do acesso

- ❖ Importância da oferta dos serviços, da qualidade dos mesmos e da acessibilidade destes serviços às famílias beneficiárias, para que o acompanhamento em saúde seja garantido e para o cumprimento da condicionalidade do Programa.

Apesar de todas as dificuldades encontradas ao acesso à saúde e ao cumprimento das condicionalidades, conclui-se que o PBF se configura como um benefício fundamental para a manutenção da vida dessas famílias.

5. REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA et al (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2009, p.88-110.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.